

LOCAL

Sé de Lisboa: um museu para a arqueologia não a pode destruir

Representantes do Conselho Nacional de Cultura visitam hoje as escavações. Especialistas recomendam revisão do projecto e manutenção dos vestígios da antiga mesquita

Património
Lucinda Canelas

É uma espada grande, partida em dois, que conserva ainda a bainha com resquícios de aplicações em cobre. Foi encontrada num canal vertical para escoamento de águas que vai dar a uma cloaca – o algeroz é islâmico, e esgoto romano e foram ambos postos a descoberto recentemente pelos arqueólogos que escavam na Sé de Lisboa, onde em Fevereiro de 2018 se começou a trabalhar na construção de um novo museu.

“A espada deverá ser medieval, não se sabe ainda se muçulmana, se cristã, mas isso não é o mais importante”, diz o historiador Hermenegildo Fernandes, que estuda a ocupação islâmica em Portugal. “O que mais me interessa nesta espada, como na bolsa de moedas encontrada nos anos 90, é o lado humano que traz à arqueologia, à história. Imagino logo alguém que está com medo do que pode vir a acontecer em plena reconquista e esconde uma coisa que lhe é preciosa, na esperança de poder vir a recuperá-la mais tarde. É como se, de repente, aquela espada, escondida naquelas pedras, trouxesse até nós pessoas que viveram há mais de 850 anos”, acrescenta o medievalista e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Hermenegildo Fernandes visitou na terça-feira as escavações arqueológicas no claustro da Sé de Lisboa para se inteirar das descobertas mais recentes nesta escavação que começou nos anos 1990 e que, tendo conhecido ritmos e vicissitudes várias, se intensificou nos últimos dois anos e meio, quando o Cabido da Sé e a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) uniram os seus esforços ao financiamento comunitário para pôr de pé um museu capaz de valorizar os vestígios arqueológicos ali identificados, projectado pelo arquitecto Adalberto Dias.

O historiador ouvido pelo PÚBLI-

CO, assim como a arqueóloga Susana Gómez Martínez, também especialista no período medieval, e a arquitecta Soraya Genin, presidente do Icomos-Portugal (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), fazem parte de um grupo de especialistas que nos últimos dias, quer por iniciativa própria, quer a convite da DGPC, se deslocaram à Sé na sequência de notícias que garantiam estarem em risco importantes vestígios da principal mesquita da Lisboa do século XII.

Essas notícias faziam eco de uma denúncia transformada em petição que dava como certo que a Direcção-Geral do Património autorizara a desmontagem de sete dos nove compartimentos da mesquita *aljama* (central) identificados nos últimos meses pela equipa encabeçada pelas arqueólogas Alexandra Gaspar e Ana Gomes, que se opunham cabalmente ao desmantelamento das estruturas.

Este núcleo, inédito em Portugal, tem paredes altas, arcos e janelas que fariam parte do complexo da mesquita, que na cidade medieval funcionava como um importante centro religioso, mas também social e político.

Estão lá as escadas de acesso ao minarete, cuja base quadrangular também é visível; estão lá os bancos de alvenaria do *hamam* (banhos públicos) e as portas de comunicação com a rua e com o oratório que, explica Hermenegildo Fernandes, está por baixo da sé cristã, provavelmente na zona onde é hoje o deambulatório.

Um tesouro

“Trata-se de um achado magnífico, que só pode trazer valor à Sé”, diz a arquitecta Soraya Genin, presidente do Icomos. “Sabemos que alterar o projecto uma vez mais traz custos, mas não vejo outra alternativa. Qualquer arquitecto que tenha esta obra em mãos deverá olhar para os vestígios da mesquita como um tesouro, uma oportunidade.”

Entendimento contrário teve a DGPC, que através de um dos seus subdirectores, João Carlos Santos,



Imagem das obras em curso na Sé de Lisboa e, à direita, a espada medieval partida em dois que foi encontrada nas escavações

autorizou a desmontagem das estruturas, ordenando o seu levantamento rigoroso (a chamada “conservação pelo registo”) e a integração de alguns elementos no futuro museu.

“Verificou-se que a sua preservação *in situ* não é compatível com a execu-

ção da obra em curso, colocando em risco a estabilidade estrutural de parte substancial da ala sul do claustro da sé patriarcal (monumento nacional), e pondo em causa a própria implementação do projecto reformulado e o investimento associado”, explicou ao PÚBLICO a DGPC quando das denúncias, a 25 de Setembro.

Mais recentemente, Bernardo Alabaça, o responsável máximo da DGPC, resolveu convocar a secção de património arquitectónico e arqueológico do Conselho Nacional de Cul-

tura para que se pronuncie sobre a conservação, ou não, destes vestígios *in situ*, e pediu até vários pareceres externos a outros especialistas que convidou a visitar o local.

Alguns dos membros desta secção do Conselho Nacional de Cultura – composta por Alexandre Alves Costa (arquitecto), João Pedro Cunha Ribeiro (professor de Arqueologia) e Elísio Summavielle (ex-director-geral do Património), entre muitos outros – visitam hoje a Sé, a partir das 14h30. Soraya Genin está convencida de que

Qualquer arquitecto que tenha esta obra em mãos deverá olhar para os vestígios da mesquita como um tesouro, uma oportunidade

Soraya Genin

Arquitecta e presidente do Icomos-Portugal



torada em Engenharia, é peremptória: “O que pude ver está seguro, escorado. Agora, para manter a mesquita é preciso, naturalmente, rever o projecto de estruturas [de Aníbal Costa, catedrático de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro] e encontrar uma solução, o que tem alguma complexidade, mas não é transcendental.”

O historiador Hermenegildo Fernandes lembra que, por essa Europa fora, há muitos monumentos em que se encontraram soluções para problemas idênticos: “Na catedral de Barcelona há vestígios expressivos da época romana e no subsolo do adro de Notre-Dame há ruas medievais.”

Arquitecta e historiador acreditam que há outros espaços na Sé que podem albergar núcleos interpretativos. Soraya Genin, que já teve oportunidade de analisar a planta do novo museu com algum detalhe, defende que não será difícil, por exemplo, encontrar outra área para instalar os equipamentos de climatização: “O actual projecto de arquitectura tem a estrutura do AVAC [aquecimento, ventilação e ar condicionado] onde está a base do minarete que a DGPC propôs desmontar. Faz sentido trocá-la por um museu com ar condicionado? Não faz. Tenho a certeza de que a DGPC chegará a essa conclusão.”

Para o medievalista é imperativo que a entidade responsável pela salvaguarda do património — “o património todo, incluindo o arqueológico” — perceba que a história é um processo de sedimentação, em que as diversas camadas do tempo se contam. “Os cortes nunca são abso-

lutos e raramente há fundações do zero. Não sou contra novas intervenções em património, mas quando um arquitecto pega num monumento destes tem de ter consciência de que potencialmente tudo no programa são pré-existências a ter em conta.”

Cristãos e muçulmanos

Há já décadas que os arqueólogos acreditam haver nas escavações da Sé vestígios da mesquita do século XII, mas esses indícios só recentemente se robusteceram.

Susana Gómez Martínez, arqueóloga especializada no período medieval e investigadora do Campo Arqueológico de Mértola desde o início dos anos 1990, pede, tal como Soraya Genin e Hermenegildo Fernandes, que se reequacione o projecto de arquitectura de forma a manter as estruturas da velha mesquita. O que ali se conserva, sublinha, é “único em Portugal” e “extraordinariamente raro em qualquer contexto”.

Regra geral, explica, o que se mantém das mesquitas é o espaço de oração, monumental, mas o que hoje se vê na Sé de Lisboa inclui também os edifícios anexos que nos ajudam a perceber como se organizava a vida em torno daquele centro religioso. “A mesquita medieval é principalmente um lugar de oração, mas também uma escola e espaço de debate de questões políticas importantes para a comunidade. As estruturas associadas à vivência não religiosa em torno da mesquita são sempre mais difíceis de identificar e raramente são preservadas. Aqui temos tudo”, diz esta professora da Universidade de Évora habituada a musealizar estruturas arqueológicas.

A dimensão “esmagadora” dos muros do complexo da mesquita postos a descoberto e o estado de conservação dos rebocos das paredes, que permitem identificar grafitos em árabe que importa estudar, levam Martínez a afirmar: “Qualquer leigo, com a ajuda de ferramentas museográficas básicas, pode chegar ali e ter noção de como funcionava aquele espaço. Mas se interrompermos a leitura do conjunto, ou remontarmos alguns elementos na sala de um museu, perdemos essa experiência que o espaço aberto, contínuo, nos dá. Perdemos a capacidade de o sentir.” Em casos como este, sublinha, a conservação pelo registo e as reconstituições virtuais não chegam.

“A museografia daquele espaço deve ser o mais discreta possível, para não atrapalhar a leitura. Deve ser feita em função dos vestígios e não de um projecto de arquitectura. E quanto mais simples, mais eficaz.”

O historiador Hermenegildo Fernandes concorda: “Seria inaceitável esconder ou integrar em pequenos troços, numas salinhas, o que ali está. Pensar assim é próprio do século XIX. É aquele lugar, o sítio arqueológico, o museu. As coisas não valem por si, mas pelo papel que têm num conjunto cuja leitura se pode tornar evidente para todos sem grande esforço.”

Lembra o medievalista que a Lisboa da reconquista (1147) terá tido a sua primeira missa nesta mesquita, já consagrada ao culto cristão, como era habitual. Haveria outra ali bem perto, na alcáçova (castelo), e dezenas espalhadas pela cidade.

Na Lisboa dessa época, cidade periférica e de pouca importância quando comparada com Córdoba ou Sevilha, conviviam a população muçulmana e cristã. “Muito provavelmente haveria até um bispo cristão à data da reconquista. Os cristãos tinham as suas igrejas, que só não podiam fazer soar os sinos. O islão canónico impede a conversão forçada de cristãos e judeus”, explica o historiador.

A mesquita central estaria instalada na zona nobre da cidade, junto aos banhos e ao mercado, uma área onde viveriam os mais ricos. A agricultura e as actividades marítimas asseguravam boa parte do sustento da população, que também se dedicava ao fabrico de cerâmica e de tapetes.

“Os vestígios da mesquita estão carregados de informação que nos podem ajudar a perceber como se organizava o tecido urbano de Lisboa e como evoluiu”, acrescenta a arqueóloga Susana Martínez. “Não temos muitos documentos deste período, destruir um deles não faz sentido.”

A DGPC pediu já à equipa que projectou o novo museu que estude alternativas que garantam a estabilidade das estruturas a edificar no sentido de minimizar o impacto no património arqueológico, anunciou ontem num comunicado que fez chegar às redacções. E ao Laboratório de Engenharia Civil solicitou um parecer sobre as actuais condições de segurança da obra, “cujos trabalhos essenciais se encontram suspensos”.

contribuirão para que a DGPC volte atrás na sua decisão, já que a comunidade científica é unânime em relação à importância destas estruturas.

“As alvenarias de pedra, os rebocos e os pavimentos estão em óptimo estado de conservação. Seria absurdo que um museu desenhado para valorizar a arqueologia destruísse o que ali está, que deve ser visto como a sua principal peça”, defende a presidente do Icomos-Portugal, lembrando que esta discussão em torno de alterar ou não o projecto de arquitectura para pre-

servar os vestígios exactamente onde estão só se coloca porque as escavações não foram, como seria desejável, prévias ao desenho do novo museu.

“A decisão a tomar é simples — mantenham-se as ruínas da mesquita onde estão, repense-se o projecto de arquitectura aproveitando ao máximo o que já foi feito, mas sem medo de o reduzir ao essencial.”

Quanto ao receio da DGPC de que manter os vestígios tal como estão por muito mais tempo venha a pôr em perigo a integridade da Sé, Genin, dou-

lanelas@publico.pt